

## CASA & FAMÍLIA: O COTIDIANO FEMININO

Fátima Quintas

Pesquisadora da Fundação  
Joaquim Nabuco

Ao tentar sumarizar alguns pontos relacionados ao tema, procuro dar expressão àqueles que, por sua natureza qualitativa, traduzem a realidade factual e cognitiva da mulher de baixa-renda, onde a casa e o seu **entorno** simbolizam o **locus** de maior importância no estudo do cotidiano e da ideologia familiar. "O complexo 'casa' está à base do supercomplexo biossocial que constitui o ser brasileiro" (Gilberto Freyre. **Oh de casa!**, p. 13).

Este trabalho é substrato de uma pesquisa mais ampla. Resulta da aplicação de metodologia qualitativa, com ênfase na abordagem antropológica, concentrada em 12 histórias de vida de mulheres faveladas, distribuídas em 3 categorias: a) mulheres casadas formalmente, as de papel passado, como costumam elas próprias nomear-se; b) mulheres que vivem com companheiros, sem papel passado, em precárias relações consensuais, um pouco à mercê do desejo do macho, possuindo uma relativa rotatividade de parceria. A característica maior desta categoria é a instabilidade familiar, ocasionada pela perspectiva, sempre presente, da perda do companheiro. Duas, das 4 mulheres pesquisadas, vivem com homens que possuem "companheiras fixas". A situação dúbia se traduz no rótulo estigmatizante de "a outra"; c) mulheres que vivem sozinhas com filhos, e acabam por se conceituar como as "solitárias a pulso".

Apesar das respostas das 3 categorias atentarem, em última instância, para um modelo comum de ideologia, pode observar algumas variações de interpretação. Variações que divergem mais na intensidade do que nos contrastes, ratificando ou reduzindo o caráter conservador das tendências da população feminina, inserida em assentamento de economia escassa. Como exemplo mais significativo de variâncias, assinalo a da estabilidade da estrutura familiar encontrada entre as mulheres casadas, possibilitando um maior equilíbrio emocional e uma boa dose de segurança econômica e psíquica.

Por outro lado, em nome da posição legitimada do casamento, essas mulheres se revelam as mais conservadoras.

De um modo geral, a espinha dorsal da ideologia das pesquisadas centraliza-se em formulações mais ou menos parecidas, embora a última categoria, a das "solitárias a pulso", apresente uma maior liberação de comportamento e de visão de mundo, ainda que vivencie grande ansiedade à cata de um parceiro. O sentimento de alerta frutifica um tipo de conduta apreensiva, onde os valores não se encontram efetivamente sedimentados, mas oscilam em face do advir parcamente esperançoso de "arranjar um homem". Ora se posicionam quase "revolucionárias"; ora se reservam o direito de assumir uma postura de acatamento à ideologia tradicional, expressando claramente a vontade de ter um novo companheiro: uma expectativa a exigir um **modus-vivendi** moderado e recatado. A casa passa a significar o reflexo das boas e das más ações; o ambiente no qual se espelha a dimensão maniqueísta de vida. É interessante observar como as entrevistadas elegem o privado numa projeção coletivizada, isto é, um privado que se estende ao espaço extradomiciliar reclamando o reconhecimento público.

O ambiente doméstico possui características peculiares que o identificam na sua lógica interna. Mais do que delimitação de espaços arquitetônicos, a casa representa, para a mulher, uma categoria sociológica/antropológica definida por princípios éticos, por valores históricos e culturalmente legitimados e por uma dinâmica de relações de afinidade e de consagüinidade. A sua íntima engrenagem aponta, em dimensões reduzidas, os códigos sociais vigentes em uma determinada sociedade e em um determinado momento histórico. Assim sendo, espelha o sistema social global e patenteia o caminho instrumentalizador da compreensão da realidade circundante. "Quando então, digo que 'casa' e 'rua' são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis mas, acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas" (Roberto da Matta, **A Casa & a Rua**, p. 15).

Toda a simbologia do doméstico esboça, em perspectiva microscópica, o movimento do coletivo, numa clara ma-

nifestação de representatividade do que Marcel Mauss chamou de "fato social total". Ao lado da transparência do social, também circunscreve um **situs** de dominação grupal, cuja força de coesão é superior aos elementos numéricos que a compõem. A força do grupo, de acordo com Durkheim, transcende os limites quantitativos que o caracterizam, razão pela qual a lógica interna do privado galvaniza poder de eunomia ou anomia social, dependendo respectivamente da maior ou menor estabilidade domiciliar. Mais do que isto: a casa vista à luz de sua complexidade geográfica, sociológica e antropológica, alicerça a composição basilar do eixo familiar, por onde ocorrem a estruturação ou desestruturação das relações primárias, denunciadoras do eixo "germinal" da sociedade, desde a mais singela à mais complicada das interações. Revela, no seu bojo, a fotografia da história social íntima de cada um: possui marcas introspectivas que se operacionalizam no exercício do cotidiano. Dentro da casa e através da casa constroem-se e desenvolvem-se emoções essenciais à natureza humana. Emoções que traduzem o âmago individual e a dimensão coletiva de uma cultura.

Há um trinômio necessariamente preservado na identidade conceitual do espaço doméstico: casa, família e parentesco. O meu trabalho objetiva fundamentalmente a análise dos laços tridimensionais do doméstico atribuindo, todavia, ao cotidiano a autoridade de intermediar e de gerir a regulação do processo.

Observe-se que o estudo visa o entendimento da questão com exclusividade na figura da mulher pobre. Defendo a idéia que a instância de baixa-renda retrata um modelo de subalternidade específico, caracterizado pela dupla opressão: de gênero e de classe. Não se pode esquecer: a mulher, neste contexto, recebe cotidianamente imagens preconceituosas, formulando uma ideologia calcada em figurinos conservadores e alheia às implicações da própria classe social. São imagens que advêm menos da pobreza e mais da burguesia.

A dialética casa — família sintetiza, na sociedade nordestina, um ponto de encontro do espaço privado com o espaço público, definido através de contornos politicamente precisos, nos quais a estrutura do bloco familiar tem função intermediadora. A família reproduziu, nos idos patriarcais, e, ainda reproduz, a expressão de um grupo historicamente valioso na vida cultural brasileira. A sua influência, maior que a escola e a igreja (Cf. Lynn Smith), cataliza alto grau de intensidade institucional, resumindo a célula mestra da sociedade. Impos-

sível pensar numa análise de estrutura familiar, em segmentos privados, sem privilegiar o passado colonial, e, através de uma atitude remissiva, estimar o seu processo evolutivo que, pela natureza sociológica e antropológica, merece um enfoque especial. A família nuclear pobre emerge de uma combinação de elementos culturalmente pouco respeitados, isto é, a sua origem não repousa numa espontânea “comunicação” com a família patriarcal, tendo a sua formação indicado uma necessidade do sistema — o trabalho escravo — e a sua participação no “jogo colonial” representado eminentemente um instrumento de suporte e de apoio às solicitações da sociedade latifundiária açucareira. A dinâmica desse ambiente denuncia um negro ou um índio escravizado, inferiorizado, subjugado a um modelo social autoritário. Um panorama dualista, cujos limites de fronteira suscitam espaços parcialmente definidos. A gênese da família de baixa-renda se constrói a partir da história do dominado, onde variáveis relacionais indicam a ação da escravidão. Egressa de um latifúndio monocultor, influenciado pelo absolutismo econômico, a população oprimida desenvolveu-se através do culto a símbolos polemizados, o que naturalmente gerou e continua a gerar confrontos estruturais.

Numa análise retrospectiva, a sociedade de ontem oferece um cenário revelador: a cana, embora tenha trazido os danos de sua dominação monopolizante produziu uma ambiência original — na Casa-Grande se estabeleceu um íntimo convívio entre o negro e o branco. Ali aconteceram os fundamentos da família patriarcal, com ênfase na sedimentação da dialética do doméstico, do privado, do particular: desse panorama são geridos os alicerces da sociedade brasileira. Gilberto Freyre sintetiza, de maneira contundente, a formação da família brasileira. Demonstra, na sua obra, que as nuances de afetividade e de emocionalidade que permearam o doméstico serviram de almofadas amortizadoras aos malefícios do sistema escravocrata. Revela a colonização portuguesa como mais maleável e mais propiciadora de uma convivência entre colonizador e colonizado. Ninguém duvida que o português fora, dentre os grandes colonizadores — ingleses, franceses e espanhóis —, o mais ameno, o mais permeável. Como consequência explícita deste fato, observa-se um Brasil racialmente renovador, pleno de miscigenação e receptivo ao pluralismo racial.

Uma pergunta merece ser colocada em destaque: por que a colonização espanhola na América Latina foi tão san-

grenta e substantivamente mais severa e intransigente que a portuguesa? A leitura do Brasil colonial permite distinguir aspectos qualitativamente mais homogêneos embora não se possa anular a figura do colonizador. Creio, e não oscilo em afirmar que a mulher negra sintetizou a peça fundamental nas relações da Casa-Grande, o núcleo simbiótico por onde se processaram as interações mais profundas. A negra aglutinou as qualidades de boa arrecadadora e intermediadora de obstáculos, amenizando as deficiências do branco diante do mundo tropical. Foi a anfitriã dedicada que amornou não somente o calor tropical, como o inóspito, o insólito, o agressivo do seu clima; foi a neutralizadora dos conflitos domésticos; foi a responsável pela criação dos sinhôzinhos e das sinhazinhas; foi aquela que soube escutar as insatisfações, as inseguranças, os queixumes da senhora portuguesa. Serviu de ponto germinal para o equilíbrio doméstico acudindo na cozinha as guloseimas do senhor, na sala as conversas de pé de ouvido, no terraço o ninar dos recém-nascidos, no quarto os prazeres insatisfeitos do sexualmente vibrante patriarca. A mulher negra representa o grande centro da harmonia da civilização portuguesa, o mesmo não acontecendo com a civilização espanhola que ao não encontrar elementos intermediários e conciliatórios acabou por enfeixar-se na ortodoxia dos modelos europeus e europeizantes, contribuindo para a construção de facções culturais sectárias, sem o acolhimento das relações sincréticas que o português tão bem administrou. “A história social da casa-grande é a história de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crenças da senzala... Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social... Nossas avós, tantas delas analfabetas, mesmo quando baronesas, e viscondessas, satisfaziam-se em contar os segredos ao padre confessor e à **mucama** (o grifo é meu) de estimação; e a sua tagarelice desenvolveu-se quase toda nas conversas com as pretas boceteiras, nas tardes de chuva ou nos meios dias quentes amorosos” (Gilberto Freyre, prefácio à primeira edição de **Casa-Grande & Senzala**, p. XLIII, XLLV).

Se as condições de precariedade econômica produziram, no período colonial, situações de conflito — amenizada na esfera doméstica pela almofada dos sentimentos —, é natural que a sedimentação do modelo capitalista venha progressivamente operando distorções. Distorções que não se

comparam em escala de intensidade mas em escala de princípios. E a mulher tem sido uma das grandes receptoras destes embates, quer no campo individual, quer no campo coletivo. Historicamente falando, o trinômio racial — branca, negra, índia — não garantiu ao feminino oportunidade de uma concreta participação nas decisões políticas. Enquanto branca, viu-se manipulada pelo patriarca — senhor absoluto do seu corpo e de sua vontade. Enquanto negra, presenciou-se rechaçada em seus anseios pela cotidiana posição de subordinação, imposta pela dinâmica escravocrata. Enquanto índia, assistiu-se exterminada nos desejos étnico-culturais. Branca, negra ou índia, a mulher desempenhou um papel de inferioridade e de sujeição que se iniciou na estrutura doméstica da casa-grande e se aperfeiçoou na intimidade da senzala, contribuindo, tanto uma quanto a outra, para a gestação do modelo opressor de Espaço Privado. A casa e a família responderam satisfatoriamente, no Brasil colonial, aos ditames da época e perfilaram as raízes caudatórias da submissão feminina.

O complexo doméstico das famílias deprivadas se propaga num panorama de singularidades. Algumas características estão ligadas a todas as 3 categorias das mulheres pesquisadas. Outras, se relacionam mais intimamente às circunstâncias das duas últimas. Pretendo, neste texto — em virtude do objetivo sintético do **paper** — agrupar as peculiaridades que são comuns ao conjunto das categorias analisadas. No contexto geral, identifico nas famílias faveladas — que pela sua pauperização cada vez maior passam da condição de pobreza à condição de miséria — a elaboração de um modelo emergente de estrutura familiar. Um modelo não conquistado, porém, imposto pela própria escassez econômica. E, por ser imposto, um modelo, evidentemente, não desejado, mas, que se alastra, de forma progressiva, levando a formular a chamada nova família pobre. A mulher se depara, neste “adventício” contexto, com situações adversas à conquista de sua identidade e de sua cidadania.

Tentarei inicialmente discorrer sobre a interferência na estrutura familiar dos “clássicos membros agregados”, tão comuns à dinâmica da pobreza. A teia relacional doméstica dos assentamentos subnormais, gerida e administrada no âmbito privado, sugere aprioristicamente, arranjos alternativos na família nuclear. A presença de agregados insinua o aparecimento de novas formas de coesão que, apesar de não oferecerem rupturas estruturais no quadro da família nu-

clear, geram, contudo, nuances inovadoras, as quais somadas a outras variáveis acabam por formular um tipo emergente de família. Na verdade, a permanência de membros considerados agregados — consangüíneos (neto, sobrinho, primo, etc.) ou não consangüíneos (afilhados, amigos, adotados) indicam variâncias quantitativamente expressivas. Não chegam a desvirtuar a feição do doméstico, mas provocam permutas no quadro interacional do bloco familiar de origem. Não se pode deixar de registrar que os agregados permanecem sempre na categoria de agregados. Fazem parte da dialética familiar, porém contextualizados na tipologia de agregados. É ilusão pensar que possuem uma representatividade plena na composição familiar. São variâncias que, embora fortaleçam ideologicamente o padrão tradicional de família nuclear (construída em bases de afinidade e de linhagem de filiação, dentro da clássica triangulação edipiana — pai, mãe e filho), apóiam-se, na prática, na maior flexibilidade e amplitude conceptual do que é família em baixa renda. Há de se distinguir que a casa se fundamenta, nestes estratos, pela sua imensa receptividade, condicionando o surgimento de uma aparelhagem típica correspondente a um “mimetismo contextual”. Por outro lado, esta linhagem de filiação é bastante frouxa e permissiva, o que vem a facilitar o registro de filhos não legítimos e a corroborar uma concepção elástica de parentesco. Note-se que os filhos não legítimos ou os agregados participam da comunidade familiar numa elaboração mental mais harmoniosa e menos conflituada que em segmentos de classes média ou alta, onde a “consangüinidade filial” se mostra bem sectária.

Tenho dois afilhados que moram comigo. Casa de pobre sempre tem lugar para mais um. A gente **divide o pão. A minha família mesmo é pequena.** Eu, meu companheiro e dois filhos. Os outros são pessoas que eu gosto muito e que mora aqui em casa.

Em suma: os agregados se constituem como agregados, embora promovam alterações na paisagem das relações familiares. A imagem da família nuclear é intelectualmente preservada e idealizada, porém empiricamente transformada e modificada por uma série de fatores que se desencadeiam na dinâmica da pobreza.

É minha tese que a amplitude e a receptividade pelas quais a população de baixa-renda se deixa fluir na esfera do doméstico norteiam as diretrizes do “pensamento cooperativista”, tão conveniente às estratégias de sobrevivência e aos mecanismos de ajuda mútua. A casa e o seu **entorno** confirmam-se como a projeção de um sistema individualizado de organização social — o anônimo e o coletivo — (Cf. Gilberto Freyre, **Oh de Casa!**), cujos reflexos se estendem não somente à vizinhança mais próxima, como também à igreja, à praça, à escola, ao posto de saúde local e a todos os códigos sociais contíguos, simbólica e coletivamente reconhecidos.

Vou sempre à Igreja apanhar remédios, açúcar e farinha. Converso muito com o padre que me dá apoio em todos os meus problemas com José. Ele bebe e fica furioso. Graças a Deus que existe Maria (a vizinha) e o padre. Sem eles não sei o que seria de minha vida.

Não é preciso investigar muito para atentar que a ambiência da casa regionaliza-se nas circunvizinhanças, de modo a subscrever o prolongamento do espaço privado e a concorrer para minorar conflitos e tensões que porventura se fomentem na estrutura familiar. Mas é evidente que são espaços facilmente detectados. Contornos perfilados com exatidão. Traçados bem contritos que devem ser respeitados. Exacerbadamente definidos. Opressivamente delimitados. Fisiologicamente demarcados. É aí que se fabricam as linhas miticamente divisoras do dominador e do dominado, da casa e do público, do homem e da mulher; uma intermediação pouco mensurável operacionalizada na relação do mundo íntimo-privado com o mundo alheio-público; na relação do mundo pacífico da casa com o mundo “guerreiro”, da rua; na relação da individuação com a “coletivização”. Esta passagem é bastante clara na estrutura psíquica da mulher pobre que admite vetar-se enquanto participante da instância pública. A decodificação das instituições oficiais representa na cosmologia feminina uma barreira difícil de vencer. Há toda uma atitude de recuo e inibição em face da dificuldade de “interagir” o espaço público, tanto na dimensão da relação de trabalho, quanto na perspectiva da convivência pessoa — instituição. Vários fatores contribuem para esta retração: a desqualificação profissional, as marginalidades econômica e cultural, os baixos níveis de escolaridade são indicadores

responsáveis pelo processo de auto-eliminação da mulher que, muitas vezes, pode ser falsamente traduzida, essa eliminação; por uma imagem de imobilismo. Decifrar os códigos institucionais presume uma capacidade intelectualizada de captar o mundo. Basta uma pincelada rápida para entender que o “mistério” da burocracia condiciona a necessidade de uma aparelhagem cívica freqüentemente dissociada das possibilidades destas mulheres, danificadas pela expropriação da sua mais-valia de classe e de gênero. Burocracia é controle. É caminho limitante da liberdade humana. É veículo obstaculizador das relações primárias. Logo, é fortalecimento de contatos secundários, em oposição à tela relacional da pobreza, basicamente arquitetada em altos níveis de confrontos primários.

Dada a predominância, no espaço público, das relações secundárias e institucionalizadas, a mulher se enclausura no mundo doméstico e se autodefine incapaz de gerir suas potencialidades. Assim sendo, a casa e o seu **entorno** passam a encenar o palco das suas expectativas, dentro de uma constante e progressiva dialética de circularidade.

Acho que este mundo está errado. O lugar da mulher é em casa, cuidando dos filhos e das coisas da cozinha. Tem muito filho de rico maconheiro porque a mulher não quer mais ficar em casa, cuidando de suas obrigações.

O homem tem cabeça para a vida fora de casa. Mulher não. Deve se conformar com o destino dela.

Pois bem, esta mecânica regulariza os melancólicos passos da mulher, resumindo-a a sujeito e objeto de sua própria circularidade. Em outras palavras: a circularidade do doméstico fortalece a dependência; a dependência alimenta a circularidade. Uma máquina viciada, onde as causas e os efeitos se mesclam no retardar dos caminhos libertadores. O presente texto prioriza a casa como uma moldura preliminarmente feminina, cujos elementos sociais e culturais se posicionam na direção da mulher. Um espaço no qual a sua movimentação se opera com aparente liberdade porquanto senhora do domínio doméstico. Resta entender a extensão e o grau deste poder, que se percebe altamente fragilizado e reconhecida-mente abalado pelos marcos teóricos de uma sociedade norteada por um modo de produção capitalista. Sintetizando:

um poder que se distingue pela ausência de poder, o chamado não poder feminino ou o poder desgastado. Ao espaço privado/doméstico contrapõe-se o espaço público, convencionado ao gênero masculino, como veículo instrumentalizador de mando. Do que se conclui a necessidade de conjugar a questão da mulher e a sua síndrome de **powerlessness** — a síndrome da falta de poder — com as estruturas sociais que fixam e delimitam as instâncias políticas. O simples confronto macho/fêmea não dimensiona a exata proporcionalidade do problema, afunilando-o a perspectivas puramente reducionistas. Daí, a importância de inseri-lo numa ótica mais ampla, para, a partir deste ângulo, ajustá-lo à dialética do poder, ponto germinador da opressão de gênero e de classe. Rotineiramente a mulher possui a gestão do doméstico enquanto o comando fica sempre com o braço masculino.

É certo que a sujeição feminina, quer na sociedade civil, quer dentro de casa, centra-se nos mecanismos socializadores marginalizantes que conduzem a mulher a receber modelos dicotômicos, e, muitas vezes, a assumir um papel de cúmplice do processo evolutivo educacional. Nada mais dramático do que a inconsciência desta introjeção. A verdadeira repressão, segundo Marilena Chauf (Cf. **Repressão sexual: esta desconhecida**), é aquela que se constrói através de estruturas destramente manipuláveis. O sujeito atingido não somente desconhece os meandros propulsores da repressão, como passa a defendê-los numa explícita conduta de acumpliamento. São os vetores subliminares da educação formal e informal.

A mulher tem sido alvo de dominação. Tem sido objeto de opressão. O resultado dessa subalternidade pode-se muito bem detectar, como sendo a rígida segregação de papéis sexuais, tributada pela sociedade: uma forma enfática de dicotomizar o exercício do poder. Ao homem cabe a prática política, a acumulação do saber, a escolha da racionalidade, componentes imprescindíveis ao desempenho da vida pública. À mulher resta-lhe a submissão do cotidiano, a reprodução da família e a competência do doméstico. Casa, família e cotidiano interagem numa relação de convivência. A dialética da circularidade atrai uma cadeia de fatos que se encerram em si mesmos e esboçam imagens de “mandala” numa tentativa de busca de equilíbrio. A casa configura o centro da mandala feminina, o eixo estrutural de idealização de mundo: por ela, com ela e através dela, a mulher potencializa e, ao mesmo tempo, limita a sua caminhada, vivenciando um cotidiano su-

focante que se inicia na alvorada e se finda no silêncio da noite. A **praxis** doméstica exerce um papel relevante na ordenação psíquica da mulher e na formação do **ethos** de família: é mola impulsionadora de desenvolvimento; é espaço de crescimento de personalidade; é palco operacionalizador de emoções, de sentimentos, de reações, de existências, de vidas e de mortes. A sua influência ocorre em todos os aspectos, proporcionando um modelo de ideologia embasado no lastro de domesticidade, com ênfase na "rotinização" dos costumes, hábitos e normas culturais. Resume uma polivalência de forças. Força de regulação do tempo. Força de sistematização de papéis sociais e sexuais. Força do poder do cotidiano. É sob a ação das tarefas repetitivas que o discurso cultural reserva ao feminino um lugar de destaque, estreitando os seus horizontes à duplicidade de momentos rotineiros. Com isto não estou negando o poder do cotidiano na vida masculina. Contudo, não reluto em afirmar que o **take off** educacional da mulher, pela sua história social, fabrica-se em pilastras primordialmente domésticas. Mulher, cotidiano e família ratificam a doce imagem de rainha do lar.

A cadência do dia-a-dia produz efeitos extraordinários na composição da ideologia feminina. A rotina se reveste de razões substantivas, capazes de atrair culturalmente símbolos mais poderosos que a própria significação conceitual dos fenômenos. Na repetição do cotidiano proliferam mecanismos indutores da formação do cosmos feminino. Atos ritualisticamente celebrados ensejam, na sua composição, propriedades geradoras de modelos paradigmáticos. Pela sua dominação factual compõem a "normalização" do sistema cultural. Nos meus contatos com mulheres faveladas, pude observar o grau de importância que a monotonia das atitudes exerce sobre a ordenação e formação educacional da criança, pelo que se pressupõe de sua ulterior influência na construção dos conceitos de vida: quase um compasso ritmado, cuja musicalidade vai penetrando na **psiquê** humana. Falar do cotidiano é sugerir caminhos de apreensão dos valores dominantes; é preservar o processo de educação informal como mola mestra da condução humana. O real, o rotineiro, o habitual transparecem na dinâmica do dia e subsidiam canais para a captação do mundo.

O meu cotidiano é desastroso. Meu companheiro é bruto, não tem nenhuma delicadeza. Tudo na ignorância. Minha vida é conciliar. Conciliar meni-

nos brigando, marido chateado e às necessidades da vida. Acho que isto é uma sombra de vida.

O depoimento de Josefa mostra claramente a insatisfação com um dia-a-dia repetido, sem grandes possibilidades de renovação, onde a ênfase parece recair na duplicidade dos fatos. A violência deste cotidiano se expressa de duas formas, embora uma delas seja quase imperceptível à capacidade de abstração da mulher pobre: a) a **violência implícita** dos fenômenos, traduzida na sujeição da mulher ao espaço doméstico, historicamente aprovada pela sociedade e imputada como de responsabilidade feminina; b) a **violência explícita**, aquela que machuca, que fere, que se operacionaliza numa ação prática. Enquanto a primeira é de difícil apreensão para o cotidiano da pobreza, a segunda tipifica a conceptualização de violência definida pelos segmentos de economia escassa. Para as mulheres entrevistadas é preciso sangrar para que seu corpo — já tão aviltado pela sistemática do dia-a-dia — reclame as marcas da violência. No mais, são sutilezas que a mulher, pouco cônica da sua condição de gênero, não admite denunciar. Oitenta por cento das entrevistadas negaram-se a aceitar a idéia de violência enquanto modelo discriminador de valores, responsável pela diferenciação de mecanismos na socialização da criança. A rígida segregação dos papéis sexuais parece confundir-se com a própria fatalidade de nascer mulher. Algo como que traçado, cujos caminhos, a bem da moral feminina, não devem ser desviados, do contrário a mulher poderá comprometer a sua “natureza”, confundindo-se com os padrões masculinos.

Não vejo nenhuma violência na mulher passar o dia na cozinha e no tanque. Quem nasce mulher pobre deve saber da sua sina. Quem já viu homem na cozinha e no tanque? Sou muito correta na minha vida. Gosto das coisas no seu devido lugar... Violência é quando o marido espanca a mulher. Trabalho de casa não é violência. Isto é coisa de gente que vive em cima dos livros. Desculpe, Dona Fátima, esta é a minha opinião. E acho que estou certa. É por isto que o mundo anda às avessas. Mulher querendo fazer coisas de homem e os homens se passando para o lado de lá. Que horror!...

A violência adquire formas contundentes: um picadeiro de acusações que exige o estigma da mutilação física. Como se o corpo da mulher precisasse de testemunhos para apontar a agressão. Uma violência que se corporifica e se materializa na ação física.

Já fui espancada algumas vezes por meu antigo companheiro. Hoje não sou mais. Os homens costumam ser brutos, embora eu não possa me queixar muito. Dos 4 que tive somente um me esmurrou.

Dessa concepção "realística" de violência algumas indagações me parecem pertinentes. Não existem, entre as mulheres ouvidas na pesquisa, qualquer associação da violência com a sexualidade. São aparentemente dois momentos distanciados. Essas situações me surpreenderam porque normalmente as agressões provêm de razões de ordem afetiva/sexual. Os homens, quase sempre amedrontados na sua tirania de macho, descarregam as insatisfações na mulher que se percebe vitimada pela sua frágil posição de subalternidade. Todavia, de uma maneira quase mágica e exclamativa, as entrevistadas dissociam o processo, sexualidade e agressão, afirmando que na relação amorosa os homens se comportam dentro do padrão da "esperada normalidade".

Meu marido é grosseiro, mas na cama ele é igual a todos os outros. Nunca me senti agredida por ele quando a gente está fazendo sexo... A mulher deve atender ao marido quando ele quer ter gozo. Faço isto muitas vezes, sem vontade.

Acho que briga e cama são duas coisas diferentes. A gente discute, mas na hora do sexo as coisas acontecem normalmente. Não estou dizendo que goste de fazer sexo. Acho chato e cansativo. Mas é a obrigação de todas as mulheres que tem macho.

O conteúdo das falas demonstra, com nitidez, a dualidade que as mulheres criam, a partir de um modelo racionalista. Não houve denúncias de agressões sexuais, entendidas como aberrações, desvios ou massacres ocorridos durante o coito. Uma coisa é sexo, outra coisa é cotidiano. É preciso não confundir os "ritos do dia" com os espaços da sexuali-

dade. Como se a sexualidade fosse só genitalidade, uma expressão isolada sem nenhuma correlação com a vida diária. Uma visão completamente distorcida que acaba por restringir a sexualidade a noções reducionistas e regionalizadas, desagregadas dos parâmetros da libido, enquanto energia ou pulsão de vida. Um confronto pouco viável do sexo *per se*: longe da vida e também da morte. Uma dialética imprecisa entre Eros e Tanatus. Se Eros é vida e sexo não é captado como vida, Tanatus é morte e morte é o fim. Logo, os limites da vida e do sexo não devem resvalar as suas fronteiras, atendo-se exclusivamente aos domínios de cada um. Não resta dúvida, que este tipo atrofiado de percepção induz a perpetuação de mecanismos coisificantes. A mulher, enquanto objeto de cama e dimensionando-se como tal, inferioriza a sua condição de gênero, mutilando-se num existir desesperançoso.

Gostaria de registrar que a noção de violência, aqui exposta, foi vista na acepção doméstica, dentro do espaço privado. Procurei entender como os elementos subliminarmente preconceituosos direcionados à educação formal e informal poderiam ser detectados, nas camadas de baixa-renda, com base na internalização do conceito de violência, isto é, se a violência implícita — aquela revestida de adornos sofisticados — ocuparia o devido lugar no “tribunal das denúncias”. Tal discernimento não aconteceu. A violência serviu, neste caso, como expressão típica da dificuldade dessas mulheres em captar aquilo que não está visualmente explícito e que pode se esconder por entre os hábeis meandros da socialização.

Os conflitos domésticos, quer sexuais — constata-se um percentual de 80% de mulheres que não têm prazer sexual —, quer no tocante à violência explícita, quer no emaranhado do dia-a-dia, são esvaziados através das relações vicinais, dimensionadas em altos níveis na pobreza. São relações que funcionam como válvula de escape e equilibram as desavenças da estrutura familiar. A casa se prolonga pela circunvizinhança e atende às necessidades do grupo doméstico, construído, nos assentamentos subnormais, sobre pilstras pouco ortodoxas e sectárias. Isto equivale a um certo afrouxamento das ligações familiares que são pautadas em bases mais elásticas diferenciando-se da clássica família nuclear dos estratos de classe média e alta. Os limites da família pobre são flexíveis e, até certo ponto, difusos e pouco paupáveis. Não se precisa de muita investigação para se

verificar que a família de baixa renda possui uma amplitude de relações que vai do pai (quando este existe), da mãe, dos filhos, aos agregados, à igreja, à praça, à rua, à venda e especificamente à vizinhança mais próxima. As ajudas vicinais são muito fortes e revelam-se como função catártica: um veículo estabilizador das carências, dos desencontros da própria violência doméstica.

Dando prosseguimento ao estudo do cotidiano e procurando entender a ideologia que permeia os princípios familiares, foi minha intenção correlacionar o dia-a-dia das mulheres faveladas com a percepção do **tempo** por elas duramente vivenciado. Aqui não tive muitas surpresas.

A dialética da circularidade, encaixada num cotidiano insólito, contribui para a fecundação de um tipo específico de convivência com o **tempo**.

Acho que o tempo são as festas que acontecem durante os dias do ano. Os ricos se preocupam muito com o passar do dia... É a ganância de ganhar dinheiro. Para mim, não. Os dias são todos iguais... Só espero pelo Natal que traz um tempo de festa. No mais é só privação.

Tempo é abstração, é contínuismo ou descontínuismo, é modelo filosófico de mensuração dos dias e das noites, é instrumento de sistematização do social, é forma subjetiva de controle. O seu conceito constitui uma das peças fundamentais na engrenagem da pobreza. Encontra-se intimamente relacionado com a idéia de vida e de morte e possui uma elasticidade bastante ampla. Com isto quero dizer: a monotonia do cotidiano provoca uma contagem do tempo mais flexível, menos afeta ao diagrama do dia e visceralmente relacionada ao símbolo da vida. Não se pode entender tempo sem vida. E vida é repetição, é acumulação, é ordenação. Em tese, o dia de ontem é igual ao de hoje e será igual ao de amanhã. O tempo adquire uma dimensão relativista e quase "agostiniana" não sendo tão estreitamente aferido pelos limites de cada momento. É tempo de Santana. É tempo de São João. É tempo de Natal. É tempo de Carnaval. Um tempo cíclico esmaecido pela representação do social.

Não sei bem o que é **tempo**. Isto é coisa complicada. Sou quase analfabeta. Só me lembro do tempo na época de Carnaval e de Santana.

Os ricos são infelizes porque vivem se preocupando com bobagens. O tempo é a vida. Ou a vida é o tempo? Vige, que coisa complicada. O tempo, dona Fátima, é agora eu conversando com a senhora ou daqui a uns dias que é época de São João.

O calendário da mulher pobre sumariza um quadrilégio sazonal, onde os elementos factuais ocorrem **pari passu** às circunstancialidades festivas. A existência é encapsulada em etapas/periodos que não condizem com o espaço formal dos dias. Isto denota a falta de controle da própria ação: um tempo irremediavelmente decalcado num cotidiano irremediavelmente repisado. Corroborando a dimensão difusa da temporalidade, encontrei, com assídua freqüência, a acumulação de calendários/folhinhas, de anos diferentes, expostos no interior dos mocambos, retratando uma postura de desprezo intelectual pela dimensão normativa da vida. A decodificação das horas e dos minutos não possui um encadeamento minucioso e tanto faz a celebração do hoje como do ontem na escala de mensuração. O ano de 1988 pode se assemelhar ao ano de 1987, sem que para isto seja necessário dissolver a imagem materializada daquele passado ano. É habitual e corriqueira a ênfase na justaposição dos acontecimentos de modo a contextualizar um tempo global e total, não setorializado, nem seccionado na sua clássica demarcação. Um tempo gilbertiamente trívio, valorizado na sua intensidade e qualidade existencial. Um tempo geracional: tempo de meninice; tempo de adolescência; tempo de maturidade; tempo de velhice. Um tempo de esperanças, no ontem, no hoje e no amanhã.

Da mesma maneira que a concepção do mundo se dilui numa proporcionalidade pouco cartesiana e substantivamente filosófica, a vida e a morte, por analogia a um tempo intelectualmente intraduzível, se transformam num sistema de elos cumulativos. A mulher favelada não questiona a morte, mas sim os mortos. O culto à memória dos que se foram traduz o cumprimento de um ato ritualístico, quase tão factual quanto o cotidiano.

A preocupação do pobre é poder enterrar dignamente os seus mortos.

Pelo menos na morte o pobre é igual aos ricos.

É muito importante realizar um bonito funeral.

É a última homenagem e deve ser bem feita.

A morte tem um significado finalista de supressão de sofrimento, de interrupção de sacrifícios e de privações. As versões filosóficas se dissolvem por entre as intempéries do dia-a-dia e se distanciam das argumentações teóricas. Não existem atitudes de transcendência ou expressões de eternidade, salvo enquanto há vida e o corpo sofre os massacres do mundo. O código do rito de passagem enuncia basicamente um cerimonial fatalista e teleologicamente encerrado. Para a "cultura da pobreza" o respeito pelo ritual do funeral confirma a necessidade de venerar o corpo, numa simbologia de conferência da própria morte e de acatamento aos oprimidos: um corpo que em vida não fora condignamente reverenciado. É preciso obedecer rigorosamente todas as etapas da última homenagem para que haja reconhecimento social e para que o corpo morto receba as honras dos vivos. A importância da ritualística reflete o desejo do grupo em prestigiar socialmente a identidade do morto. Um desejo que a morte exacerba, sendo quase sempre desprezado enquanto há vida. O ritual do morto se caracteriza pela dimensão factual em oposição à dimensão filosófica. Após as cerimônias, as recordações da morte e do morto se enfraquecem com a "ciranda" da vida. "Para los pobres la muerte presenta un problema casi tan grande como la vida. Los pobres no tienen lugar en el cielo, tienen que dar gracias si logran volver a la tierra" (Oscar Lewis — Una muerte en la familia Sánchez — p. 10):

A exibição do corpo morto refere-se não à morte no sentido abstrato e transcendental mas, ao reconhecimento da sua identidade enquanto classe social. Reconhecimento que transparece na exigência às regras do protocolo fúnebre como um instrumento de resgate à — até então rechaçada — vida. Da Matta defende a premissa de que todas as sociedades possuem formas de conceber a morte e os mortos. "É claro que não se pode estabelecer um corte radical, mas há uma tendência para ver a morte como importante, descartando o morto; e uma outra que tende a ver o morto como básico, descartando obviamente a morte" (Da Matta — **A Casa e a Rua** — p. 148).

Confesso que as construções, por mim encontradas, não me surpreenderam, em sua essência, porque para a mulher de baixa-renda as durezas da vida já inspiram um fardo difícil de galgar. A morte simboliza apenas a transposição possível, o único caminho que não pode ser vetado pela sociedade, acontecendo a ricos e a pobres.

As incertezas da vida, da morte, do tempo e do cotidiano, visualizadas no processo factual e consubstanciadas na aceitação de valores marginalizantes, incitam a mulher a fortalecer o **status quo** dominante, levando-a a insinuar uma imagem de passividade.

Em favor desta paisagem inibidora, uma outra variável se apresenta com contundente força: o trabalho doméstico, enquanto trabalho **per se** enfeixa a circularidade do processo e diminui as possibilidades de alternativas, ao dificultar a busca de conscientização e ao ratificar um modelo de alienação. Como ponto de partida, a identidade deste trabalho suscita dificuldades de conceptualização: a sua definição se atém a idéias abstratas, pouco palpáveis, pouco pragmáticas e pouco perceptíveis. Mais do que isto: a invisibilidade do trabalho se encontra condicionada às concretas razões da produção, cuja proximidade com o objeto trabalhado obstaculiza os limites de identidade e gera a incapacidade de delimitar sua produtividade. A íntima relação entre sujeito e objeto contribui para a formulação de uma perspectiva de convivência. As marcas tanto do sujeito, como do objeto, não são devidamente consideradas. As fronteiras se imbricam e dificultam a análise do contexto.

Efetuada dentro do âmbito privado da casa, o trabalho doméstico deixa de ser contratual e racional para atingir a instância do relacional e do emocional, não sendo contabilizado no mercado produtivo. Acaba por assentar-se na esfera do consuetudinário ofuscando-se na inconsistência das tarefas.

Os impedimentos que envolvem a sua identificação decorrem da dialética entre sujeito e objeto, do imediatismo da produção e da fragilidade da duração: produz bens efêmeros, tão efêmeros que não permitem visualizar a acumulação de produção. Esta especificidade do trabalho doméstico colabora, enfaticamente, para nublar a sua "materialidade" e consequentemente minimizar o seu valor quando o clímax da produção é a própria destruição. Exemplificando: o trabalho doméstico abriga produtos diversificados, sendo a consumação o sinônimo de sua destruição, isto é, um almoço tem como resposta imediata a ingestão de alimento, logo, finaliza-se no ato do consumo.

O individualismo e o isolamento com os quais são executados os afazeres do lar — acentuados nos segmentos burgueses — adquirem atenuantes analisados em estratos de baixa-renda pela interveniência dos sistemas de mutirão e de ajuda mútua. Claro que o "método cooperativista" se desen-

volve com intensidade em períodos atípicos — doenças, festividades, comemorações, etc. — não valendo o argumento, na mesma proporcionalidade, em bases cotidianas.

O isolamento acontece em 4 níveis: a) físico — realizado em unidades econômicas isoladas; b) psíquico — nega a existência social e política da mulher, reduzindo o seu papel de agente cultural e social ao circunscrever espaços limitados às fronteiras do privado; c) social — concorre para a desarticulação dos grupos, contribuindo para retardar a formação de uma consciência coletiva; d) política — a dona-de-casa é normalmente excluída da dinâmica do poder.

Caracteriza-se como sendo um trabalho cuja produção não é dirigida para o mercado, o que anula todo o seu valor. Origina-se no individual mas chega à instância coletiva porque é imprescindível à estabilidade do sistema capitalista ou socialista. Caminha do privado ao público; do gratuito à esfera mercantil. Na sua essência, o trabalho doméstico opera na gratuidade.

Uma questão me parece relevante: a circularidade do trabalho doméstico — com as expressões de invisibilidade, de isolabilidade, de proximidade e de convivência — associada à circularidade do cotidiano familiar, ambas transparecidas na conjuntura da casa, fornecem à mulher esquemas opressores, principalmente enfocados à luz da pobreza. Pode-se dizer que, nestas populações, começa a surgir um tipo específico de estrutura familiar, com a figura da mulher a duplicar os seus papéis: mãe/reprodutora e chefe de família.

Dentro de um critério antropocultural, o sistema de parentesco das famílias faveladas esboça uma linhagem matrilinear e matrifocal em face da freqüente inexistência da presença do pai. A paternidade irresponsável aciona uma desarticulação na teia das relações patrilineares, ocasionando a fragilidade deste núcleo de parentesco.

O Recife se caracteriza por ser uma cidade de mães, sem pais, ou melhor, uma cidade de mães, com machos. Esta posição é extremamente válida para os segmentos de baixa renda: o aumento, cada vez maior, da rotatividade do companheiro impulsiona a inconsistência dos laços de afetividade, tanto nas uniões consensuais como nos encontros mais

fortuitos: Convém assinalar que os índices de casamento representam apenas 15% na comunidade de Vila do Vintém\*. A fecundidade deixa de ser um ato consciente para se transformar numa simples "fatalidade do destino", com responsabilidade atribuída à vontade divina. Há quase um *laissez-faire* introduzido na circunstancialidade das relações sexuais.

A olho nu, sem grandes rigores metodológicos, pode-se constatar uma nova realidade que, apesar de constrangedora, vem se propagando de forma geométrica, na pobreza: uma comunidade de mães, sem pais.

Com o pátrio poder abalado vislumbra-se um novo horizonte de força para a mulher no conjunto da casa, embora esta força não represente uma conquista e sim uma imposição factual do modelo familiar emergente. Mais do que qualquer conduta de libertação, a nova postura decorre de elementos alheios à vontade feminina e significa uma carga bastante onerosa ao seu ideário. Não se pode esquecer que a cosmovisão da população feminina pobre se define na direção do conservadorismo, através da manutenção de valores patriarcais, por vezes rurais. O poder sobre a casa, enquanto aquisição material e instituição arquitetônica, não beneficia a mulher no panorama libertador: patenteia uma alternativa ocasional e eventual. Os encargos egressos desta situação condizem com expressões, como:

sempre desejei ter o meu homem, o pai dos meus filhos. Mas o dia-a-dia endurece a relação. Não porque eu queira. Gostaria de ter um lar tranqüilo e com muita paz. Para isto era preciso que o casamento acontecesse. Vivo só com os meus filhos na agonia da vida.

O discurso da entrevistada evidencia uma manifestação de apreço à presença do sexo masculino na dinâmica da casa. É o símbolo de garantia econômica e emocional: Digo, "econômica" por se tratar de mulheres que exercem atividades exclusivamente doméstica ou atividades, por mim definidas, como atividades extradomiciliares remuneradas, isto é, aquelas que, por sua natureza doméstica (lavadeiras, faxineiras, vendedoras de pamonha, vendedoras de canjica,

---

\* A pesquisa que deu origem a este texto foi realizada na favela «Vila do Vintém», também conhecida por «Ponte do Vintém», e na Vila Santa Luzia, no Recife.

etc.); não chega a modificar estruturas, quer sejam psíquicas ou econômicas. Digo "emocional" quando acredito que a mulher de baixa renda ainda não atingiu uma identidade capaz de gerenciar autonomamente um modelo de vida. A vulnerabilidade de seu papel e de sua função de gênero converge para a fragilidade interior e exige o suporte masculino na gestão e no comando do Espaço Privado.

Assim, a ideologia feminina perpassa paradigmas tradicionais, embora constate-se o "privilégio", nas mulheres faveladas, **do poder da casa**, quando se registra um percentual elevado de traços matrilineares e matrifocais. Donas-de-casa sim, mas não donas de si mesmas.

A casa reproduz o refletor cultural dos parcos limites da mulher. Espelha tanto a estabilização, como as variações comportamentais. O poder da casa sugere uma mudança que se restringe à propriedade do espaço físico mas não à soberania de identidade e de cidadania. Mulheres emocionalmente fragilizadas; debilitadas na sua condição humana; prisioneiras dos seus medos; castradas nos anseios e ambições. Mulheres que repassam, de geração a geração, um modelo de subalternidade e de sujeição, fortalecendo a teoria da dependência familiar.

Donas-de-casa, repito, mas não donas de si mesmas. Um melancólico poder que se esvai no mais efêmero dos crepúsculos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTT, Elisabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, s. d.
- DA MATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- DURAN, Maria Ângela. **A Dona-de-Casa**. Rio de Janeiro, Graal, 1983.
- ENGELS, Frederich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. 14a. ed. Recife, Imprensa Oficial, 1966.

- \_\_\_\_\_. **Vida Social nos Meados do Século XIX**. Recife, Arte Nova, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Sobrados e Mucambos**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Oh de Casa!** Recife, Arte Nova IJNPS, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Rurbanização, que é?** Recife, Editora Massangana, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Nordeste**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.
- MADEL, T. Luz (org.). **O Lugar da Mulher**. Rio de Janeiro, Graal, 1987.
- GARAUDY, Roger. **Parole d'Homme**. Paris, Edition Robert Laffont.
- KOLLONTAI, Alexandra. **A Mulher no Marxismo**. Lisboa, Delos, 1975.
- LEWIS, Oscar. **Five Families**. Mortiz, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Una Muerte en la Familia Sanchez**. Mortiz, 1970.
- PERMALN, Janice E. **O Mito da Marginalidade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- SANTOS, Hilton. **Pobreza Urbana**. São Paulo/Recife, NUCITEC/UFPE/CNPq, 1978.
- SOUZA, Antônia. **O Mercado de Trabalho e a Mulher**. Lisboa, Arcádia, s. d.